

Artigo



SER DOMÉSTICA EM RECIFE E SALVADOR NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: HONRA E SOBREVIVÊNCIA

Maciel Henrique Carneiro da Silva*

Resumo:

Este é um estudo sobre as domésticas em Recife e Salvador, na segunda metade do oitocentos, que articula e compara a escravidão doméstica em duas importantes cidades brasileiras.

Palavras-chave: Domésticas, Escravidão, Século XIX.

Abstract:

This review of approaches to the study of servants at Recife and Salvador in second half eighteenth century, that compare the slavery domestic in two important Brazilian cities.

Keywords: Servants, Slavery, Nineteenth Century.

Recife e Salvador: urbes do Norte do Império

Esse texto discute as representações dos serviços domésticos para criadas e seus empregadores no contexto da escravidão, tomando Recife e Salvador como objeto de análise. Pensamos a história comparada menos como “metodologia” stricto sensu, do que como uma “forma de pensar o objeto”, um

* Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Doutorando em História pela Universidade Federal da Bahia; professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco/Recife.

HISTÓRIA SOCIAL	Campinas – SP	Nº 13	101-117	2007
-----------------	---------------	-------	---------	------

modo de alcançar e delinear regularidades e singularidades no interior de sociedades que, não obstante as suas especificidades, apresentam estruturas sociais semelhantes e práticas sociais comuns (PRADO, 2005, p. 11-33). A seguir, apontamos alguns traços estruturais que distinguem e aproximam Recife e Salvador no século XIX.

Cidades mercantis, exerciam hegemonia regional, mantendo em sua órbita cidades e províncias vizinhas, recebendo também o fluxo imigratório de suas hinterlândias: a Zona da Mata pernambucana e o Recôncavo baiano. Enquanto a praça comercial recifense emerge como entreposto comercial para a mata e o agreste pernambucanos, para as chamadas ‘capitanias anexas’ de outrora e para o Ceará e Alagoas, a praça soteropolitana se erigia como entreposto de toda a Bahia, do Sergipe, do sertão são-franciscano e da margem pernambucana do Rio São Francisco (MELLO, 1999, p. 220-21). Eram porta de entrada de produtos estrangeiros reexportados para essas regiões.

Todavia, a condição econômica privilegiada, no nível regional, não escondia fraquezas crônicas resultantes de problemas externos e internos ao longo do século XIX. Problemas não satisfatoriamente resolvidos pelo governo imperial como a modernização dos portos de ambas as cidades, a questão dos transportes e do crédito à grande lavoura, por exemplo, debilitavam as economias das duas maiores províncias nortistas. Aliado a isso, a espoliação fiscal em favorecimento do Sul gerava descontentamentos mal dissimulados pela elite de ambas as praças (MELLO, 1999; MATTOSO, 1978).

O abastecimento urbano, sobretudo em Salvador, também surgia como um sério problema. As precárias condições de transporte, aliadas às instáveis condições climáticas e pedológicas do Recôncavo, dificultavam o abastecimento da “gulosa” cidade de Salvador e das zonas litorâneas de povoamento denso. Mais populosa do que o Recife, a capital baiana parece sofrer mais. Entretanto, o Recife, apesar dos inúmeros sítios e chácaras dos arredores, também não passou imune ao problema. As secas periódicas que assolavam o sertão interferiam na oferta de gêneros de primeira necessidade, como farinha de

mandioca, feijão e toucinho, o que influía no aumento dos preços (MATTOSO, 1978, p. 58-59; EINSEBERG, 1977, p. 176).

Salvador e Recife ainda não comportavam atividades industriais de vulto, e é quase certo que o mercado de trabalho para as pessoas pobres e de cor se mantivesse relativamente restrito ao artesanato doméstico e às atividades do pequeno comércio ambulante. A primeira, como aponta Mattoso, empregava trabalhadores livres e escravos nas atividades de construção civil e naval, e particularmente no setor comercial (1978, p. 280-90). Mas o Recife não é muito diferente. A zona do porto reunia muitos trabalhadores no bairro denominado Recife Antigo, conquanto a maior parte da mão-de-obra escrava e livre estivesse ocupada nos serviços domésticos e no pequeno comércio: eram caixeiros, lojistas, taberneiros, mascates, vendedores e vendedoras ambulantes, boceteiras. É claro que a diversidade sócio-profissional é uma realidade, e inúmeros prestadores de serviços trabalham em obras esporádicas, como pedreiros, carapinas, oleiros etc., havendo ainda o crescimento, em todo o século XIX, do aparato burocrático, incitando o gosto pelas sinecuras. O Recife, entretanto, tem um personagem peculiar em sua paisagem: o canoeiro, que pelo menos até a primeira metade do século XIX era figura onipresente (CARVALHO, 1998; SILVA, 2004). Não é surpresa notar que, ao menos do ponto de vista de muitas pessoas originárias de cidades em decadência ou de vida sócio-econômica apática, ou deserdados do meio rural, Recife e Salvador ofereciam perspectivas muito mais amplas do que jamais tinham visto.

Os números, embora não totalmente confiáveis, fornecem um quadro verossímil: Salvador, que tinha 45.600 habitantes em 1805, aparece em 1872 com uma população de 108.138 habitantes, e em 1890 com 144.959 habitantes, e se adicionarmos a população dos Termos, os dados saltam para 173.879 habitantes; o Recife, por sua vez, passaria de 29.211 habitantes em 1828 para 117.948 habitantes em 1873 (MATTOSO, 1978, p. 138-41; SILVA, 2004, p. 51-56). Conquanto o olhar dos viajantes quase sempre tenda a superestimar a quantidade de pessoas da capital baiana, a população de meados do século a

1872 foi estimada entre 140.000 e 185.000 habitantes. Para os impressionados olhos dos estrangeiros, Salvador é considerada uma “grande cidade marítima” (MATTOSO, 1978, p. 132-33). Distorções à parte, é plausível crer na pujança soteropolitana.

Salvador, além de mais populosa, aglomera mais escravos do que o Recife, e apresenta população majoritariamente negra e mestiça. O Recife vê sua população escrava se estabilizar até os estertores do regime. Se considerarmos apenas as quatro freguesias centrais (*São Frei Pedro Gonçalves, Santo Antônio, São José e Boa Vista*), os cativos somavam quase sempre algo em torno de sete a oito mil. Ao menos as contagens de 1828 e 1856, bem como os dados publicados no Diário de Pernambuco em 1873, ficam nessa margem (CARVALHO, 1998; SILVA, 2004). A composição racial recifense carece de dados mais específicos. Infelizmente poucos pernambucanos foram tão precisos e detalhistas quanto Figueira de Mello que, em 1852, escreveu o *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*, mas ainda assim, seus dados sobre cor são gerais para toda a província (MELLO, 1979). Mas é razoável supor, pelas reações dos cronistas que visitaram Pernambuco, que o número de negros e mestiços fosse relativamente alto: Tollenare, em 1817, chegou a dizer que “O número dos negros livres e dos mulatos é aqui muito considerável”; todavia, quando esteve em Salvador e adentrou uma igreja, estimou que nela estivessem “dez ou doze pessoas negras para cada branca” (TOLLENARE, 1978, p. 113, 223). Dados qualitativos, mas significativos da superioridade numérica de negros e pardos frente aos brancos na capital baiana. Barickman, em estudo sobre a economia do recôncavo, aponta que nos séculos XVIII e XIX apenas uma minoria da população era branca, enquanto a maioria da população “era formada por africanos, pretos nascidos no Brasil e ‘pardos’, ‘mulatos’ e ‘cabras’.” (2003, p. 45).

Quanto à estrutura social, as duas metrópoles estão bem distantes da dicotômica divisão senhor/escravo associada às regiões de *plantation* escravista. Apesar da aparente imobilidade e ausência de hierarquias no meio rural, essa

estrutura social é mais complexa do que a binária relação senhor/escravo, e uma vasta bibliografia já provou isso. A questão nodal suscitada por Mattoso é se esse modelo de estratificação social rural influenciou as relações sociais no meio urbano, ou se a sociedade constituída no meio urbano é autônoma e de características peculiares? O esforço a ser empregado para oferecer uma resposta satisfatória ultrapassa os limites desse texto, mas se pode pensar, seguindo Mattoso, que o Brasil escravocrata e rural transfere para a cidade “o esquema de relações sociais de tipo subordinativo”, particularmente o das “relações do tipo patriarcal”; todavia, a cidade brasileira oitocentista vê emergir uma sociedade “mais aberta”, com uma variada gama de categorias sociais intermediárias em grande parte compostas por pessoas mestiças (1978, p. 151-169).

Levando-se essa idéia ao seu limite, pode-se sugerir que os diferentes grupos sociais das cidades aqui consideradas ainda se pautavam no oitocentos por valores inter-relacionados como *família, honra, diferenças raciais e diferenças de gênero*, e obviamente, por valores ligados à *escravidão*. Valores esses temperados por uma dinâmica social própria do meio urbano oitocentista: novos tipos de sociabilidades, profissões, maior autonomia espacial, acesso menos restrito à moeda, maior contato entre os grupos sociais, etc.

Soteropolitanos e recifenses oitocentistas de variada condição social, como funcionários públicos de diversos escalões, profissionais liberais (médicos, professores), grandes proprietários de terra, ricos comerciantes de grosso trato, militares, membros do clero secular e regular, médios proprietários urbanos (donos de casas de pasto, tabernas, lojas), pessoas de profissões não definidas, continuam a utilizar a mão-de-obra escrava, seja para sobrevivência econômica (alugando-os ou pondo-os ao ganho) ou para executar a inúmera gama de serviços pessoais: dar recados, fazer compras nos mercados públicos, cozinhar, lavar roupas e demais atividades domésticas. Para as famílias abastadas, uma criadagem extensa serve como sinal de status; para as famílias menos abonadas, uma ou duas criadas no máximo livravam seus senhores e patrões de todo o trabalho manual. Tollenare, que habitou Recife e Salvador no início do séc.

XIX, foi enfático: “uma casa decente” precisava de dez ou doze cativos para os serviços domésticos (1978, p. 63). Não havia, seja na Bahia ou em Pernambuco, tantas famílias abastadas a esse ponto. Mas é preciso adensar a discussão e analisar as representações sobre o trabalho de criadas escravizadas, de pardas e negras livres, e de brancas pobres.

Servir de “Portas a Dentro”: subordinação e resistência

Como ponto de partida, argumento que não há muita razão para se pensar que as condições de trabalho da criadagem doméstica, as relações hierárquicas, os padrões de tratamento, os significados da escravidão doméstica, fossem muito diferentes entre Salvador e Recife. Com estruturas sociais semelhantes, é razoável admitir que os grupos médios e a elite de ambos os lugares adotassem práticas sociais ancoradas em valores culturais comuns. As criadas, por sua vez, adotam táticas similares que lhes permitem sobreviver às agruras do serviço.

Cativas, libertas e livres pobres tinham de negociar com patrões e senhores (de ambos os sexos) exigentes. Regra geral, as expectativas senhoriais se assentavam na *fidelidade*, nos *bons costumes*, na *honra* e na *capacidade de exercer o ofício* (força física e habilidades). As mulheres relativamente idosas eram preferíveis às criadas jovens. Ainda na década de 1930, os baianos esposavam nítida preferência por “senhoras de meia idade”. Para Ferreira, além da experiência comprovada, essas mulheres já estariam “aquietadas das extravagâncias mundanas”, evitando assim eventuais dissabores como uma gravidez indesejada (2003, p. 52).

No Recife do século XIX, o padrão se repete: era comum, na busca de criadas *honestas*, os anunciantes acrescentarem que elas deveriam ser de meia idade, ou de “maior idade”, pois se supunha que estas mulheres cuja vida sexual e reprodutiva já havia passado, não trariam problemas com “seduções”, namoros ou casos de gravidez. Nota-se até uma busca efetiva por mulheres já idosas

para fazer companhia a pessoas solitárias, companheiras essas que poderiam ser já viúvas como o próprio solicitante. Idade elevada, para muitos daqueles que buscavam criadas pelos jornais, era sinônimo de maior estabilidade e segurança, além dos aspectos específicos da experiência no ofício. Era uma “mulher de maior idade, de honesta conduta” que um funcionário desejava para tratar de crianças e “governar” uma casa de família. E ela ainda teria de dar “abono a sua conduta”. Esse perfil se mantém, com menor ou maior ênfase, de 1840 a 1870.¹

Nos dois centros urbanos, os significados dos serviços domésticos para inúmeras criadas livres e forras estavam associados à falta de outras oportunidades de trabalho, à necessidade de proteção e segurança, e à busca de “bom tratamento”. Nem sempre monetarizada, a relação entre patrões e criadas muitas vezes se restringia a permutar proteção por obediência, como bem apontou Graham em importante estudo sobre o tema (1992). Nos espaços sociais aqui considerados, a miséria, a orfandade, quando associadas à fragilidade da adolescência ou da velhice, entre outros fatores, impunham às mulheres livres e libertas (fossem brancas, negras ou mestiças) a necessidade de adentrar os lares de famílias abastadas e remediadas quase na condição de escravas da casa. Até mesmo mulheres que se apresentavam como “senhoras” solteiras – provavelmente brancas pobres ou empobrecidas – não tinham outra opção a não ser se oferecer para prestar serviços domésticos. Nos anos de 1845 e 1856, o Diário de Pernambuco veiculou esses anúncios abaixo:

Uma senhora de bons costumes, maior de 50 anos, que sabe coser chão, bordar, fazer lavarinto, ler, escrever, fazer pão-de-ló, bolos, pudins, pastéis, massas de todas as qualidades; se oferece para ensinar essas habilidades nesta praça, ou para servir de companhia em alguma casa de família, dando-lhe somente o sustento e algum vestuário em paga de seu trabalho; quem de seu préstimo se quiser utilizar, dirija-se a rua do Caldeireiro n. 88. (D. P., 16/04/1845).

¹ Diário de Pernambuco (grafado sempre D. P. daqui a diante), 27/03/1860, LAPEH –UFPE.

Oferece-se uma senhora solteira que não tem pai nem mãe para servir de companhia a uma senhora viúva que não tenha filhas, e prestando-lhe algum serviço não por dinheiro, e nem precisa dar-lhe de vestir: quem quiser anuncie sua morada. (D. P., 14/03/1856).

Idosa para os padrões do período, presume-se que a primeira mulher seja branca e livre. De todo modo, provavelmente vivendo na solidão e na pobreza, ela precisa recorrer ao trabalho doméstico: primeiro apela para ensinar prendas domésticas, ler e escrever, mas depois admite que aceita servir como ama de companhia em alguma casa de família tendo por retribuição apenas o teto, a comida e algum vestuário. Já a segunda senhora, ao contrário, parece ser jovem e, ao cair na orfandade, precisa de algo que se assemelhe a um lar: oferece serviços praticamente gratuitos para alguma viúva que a aceitasse. Esta “senhora solteira”, mesmo estando necessitada, julgava-se digna o suficiente para recusar dinheiro e roupas. Do antigo status, restava o vestuário; talvez vivendo sozinha, buscava a proteção de uma senhora “honesta” que lhe trouxesse respeitabilidade e inviolabilidade da honra, e uma viúva parecia ser uma boa opção, pois além do mais não precisaria trabalhar excessivamente. Nessas condições, não cogitaria servir em uma casa de grande família ou muito menos realizar serviços chamados de portas a fora. O ideal seria viver sob a proteção de alguma pessoa solitária (DIAS, 1984, p. 22; NIZZA, 1995, p. 75-96).

Em condições miseráveis, muitas famílias baianas e pernambucanas que não podiam sustentar uma prole numerosa, entregavam suas filhas ainda crianças ou adolescentes para ficar sob os “cuidados” de famílias dos extratos baixo, médio e de elite da sociedade, para aprenderem a servir de “portas a dentro”. Em Salvador, essas meninas eram chamadas “Catarinas”, e como se considerava um favor retirá-las da casa de seus pais, não recebiam remuneração pecuniária. Ao serem entregues à tutela de outra família, podiam ser castigadas e deviam permanecer no interior das casas de seus “protetores”, onde aprenderiam rudimentos de escrita. Mas o aprendizado maior era mesmo disciplina, obediência e o trabalho manual. Servas agregadas, as Catarinas estavam abaixo do status

da doméstica propriamente dita (Ferreira, 2003, p. 55-56; Sanches, 1998, p. 84-5).

No Recife, entre 1840 e 1870, não encontramos referências explícitas às Catarinas nos jornais locais e demais registros consultados, mas a prática de ensinar meninas era imensamente difundida. Uma senhora boa engomadeira e costureira poderia ensinar esses ofícios a escravas, com o acréscimo de ensinar a bordar roupas com letras; uma crioula forra poderia se propor “a ensinar a coser a pequenas pardas e pretas, por módico preço”; uma mulher que não declarou sua condição recebia em sua casa meninas forras ou escravas para ensinar a ler, escrever, bordar, marcar de linha e seda, lavarinto e costura (D. P., 10/03/1842; 07/03/1849 e 24/03/1847).

As sociedades baiana e pernambucana comportavam instituições que socializavam as meninas desde cedo para cumprirem circunscritos papéis sociais, raciais e de gênero. Era a *Roda dos Enjeitados* no Recife e a *Santa Casa de Misericórdia*, na Bahia. Crianças abandonadas pelos pais, genericamente nomeadas de *expostos*, e que se sobrevivessem às precárias condições de criação desses estabelecimentos, ficavam à disposição dos empregadores. Às mulheres, com sorte, eram destinados os serviços domésticos. Pelo menos no Recife da década de 1840, os patrões preferiam escravas a contratarem mulheres livres originárias da Casa dos Expostos (SANCHES, 1998, p. 62-63; SILVA, 2004, p. 208-209). Estando a escravidão doméstica ainda solidamente assentada na primeira metade do século XIX, as meninas enjeitadas desde a infância podiam, quando adultas ser vítima de nova rejeição: empregadores em potencial ainda preferiam as escravas ou quiçá governantas estrangeiras em seus lares, e não admitiam assalariar criadas saídas da Casa, suspeitas de vícios aos olhos das *peessoas de família*. Em 1842, o presidente da província de Pernambuco se queixava da permanência de expostos adultos na instituição por não encontrarem colocação no mercado de trabalho.²

² Relatório do Presidente da Província Francisco do Rêgo Barros, ano de 1842. Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano.

Para patrões de Salvador e Recife, as estratégias de controle e dominação não eram muito diferentes. Os laços cotidianos entre as famílias que se serviam de criadas constituíam uma teia de informações que podia ser acionada para a correta escolha de uma criada. Ao mesmo tempo, os jornais dessas províncias denunciavam criadas que supostamente haviam logrado as expectativas de seus amos e amas. Os conflitos entre as partes apareciam ora de maneira velada, ora explicitamente nos periódicos. Chamadas persuasivas denunciando roubos, furtos, seduções, exerciam a função de manter os empregadores vigilantes para evitar que situações semelhantes se repetissem em seus lares. No meio urbano, o ato de alugar domésticas era considerado problemático e perigoso do ponto de vista senhorial. Não se está mais na condição de ter “crias da casa”, escravas que desde cedo viviam sob o olhar de seus senhores e que seriam, supostamente, *dóceis, confiáveis e fiéis*, na ótica patriarcal. No quadro da escravidão urbana, as cidades brasileiras oitocentistas enfrentavam dilemas diferentes dos da casa-grande do período colonial. No meio urbano, muitos não podiam possuir escravas, e deviam alugar uma para todo o serviço ou recorrer ao crescente número de mulheres livres e libertas ansiosas por uma colocação. Crescia assim todo um quadro de representações onde desconfianças e expectativas mútuas se misturavam.

Mulheres livres e libertas, por sua vez, exercendo funções em geral ocupadas por escravas, sentiam-se, não sem razão, tratadas como cativas, e podiam tomar comportamentos semelhantes. Um português anunciou que sua criada, também portuguesa, havia fugido de sua casa “sem ter ajustado contas”, e protestava contra quem a estivesse ocultando (D. P., 02/03/1840). Observe-se também que a forma de registrar o fato é idêntica ao modo de se anunciar as fugas dos escravos. É tema a se investigar com mais profundidade, mas a presença portuguesa em Pernambuco ao longo do século XIX é incontestável. Em 1872, havia 6.646 portugueses na província (EISENBERG, 1977, p. 220). Muitas portuguesas pobres tinham suas passagens adiantadas por interessados (muitos eram mesmo parentes) e ficavam praticamente trabalhando como serva,

sem remuneração pecuniária, pagando a dívida contraída. Tradicionalmente, Pernambuco atraía mais portugueses do que a Bahia.

Para patrões e patroas amedrontados, havia mulheres que fingiam ser domésticas com a intenção de cometer furtos. O Diário de Notícias da Bahia, em 1905, denunciou uma criada, supostamente educada nos “princípios da gatunagem” (SANCHES, 1998, p. 68). No Recife, o quadro de denúncia é vasto e também visa causar impacto entre os patrões. Temos um exemplo paradigmático da preocupação dos patrões e de seus métodos de se apoiarem na intenção de evitar a contratação de criadas insubmissas:

Avisa-se a qualquer pai de família, que precise de ama-de-leite para criar algum de seus filhos, especule bem, que não seja a crioula Maria Theodora, filha da criada Anastácia, naturais de Igarassú, moradoras em Olinda, e ora residentes no pátio da Ribeira de S. Antonio; pois a dita ama costuma tomar pagamento adiantado, e depois mostra-se enfadada, levanta-se com seus amos, e, quando os apanha descuidados, foge pela porta fora, deixando a criança sem leite, assim como fez pelas 11 horas da noite do dia 12 do corrente, em uma casa aonde estava criando: consta não parar em parte alguma. (D. P., 14/03/1846).

Representações desse tipo causavam impacto no intuito de prevenir e alertar aos demais patrões contra criadas tidas como vadias e relapsas, perigosas à ordem doméstica. Além de citar o nome de Theodora, o anunciante mencionou ainda o nome da mãe, o que atingia ambas em suas futuras pretensões de trabalho. Seja como for, jamais ficaremos sabendo a versão da criada para essa história. Afinal, são os patrões que constroem as representações de criadas *ingratas*, *relapsas* e mal comportadas. Acusavam-se as criadas também de comportamentos “desregrados”:

Previne-se aos pais de famílias, que não consintam em sua casa a parda Maria da Conceição na qualidade de ama, por isso que nesta qualidade em certa casa se portou desregradamente, a ponto de seduzir a um rapaz de 16 anos, que servia a mesma casa na qualidade de criado para sair logo

que ela fosse despedida, como aconteceu, desaparecendo às 6 horas da manhã, como fugido. (D. P., 16/02/1855).

Para esse anunciante, a sedução empreendida pela parda que lhe servia de ama custou-lhe ainda a perda de outro criado, um rapaz de 16 anos. A parda, ao que parece, sabia que ia ser dispensada, pois provavelmente tinha notado que seus serviços não estavam agradando, e resolveu convencer o rapaz a sair com ela quando isso ocorresse. As tensões entre patrões e criadas, por vezes, afloravam sem máscaras. O criado adolescente também não devia estar muito satisfeito com a casa em que servia, e só esperou a oportunidade mais favorável. Mulheres pardas que ofereciam seus serviços domésticos nas páginas do Diário de Pernambuco, na segunda metade do século XIX, realmente tinham de se esforçar por retirar de si as máculas que lhes eram atribuídas:

Uma parda viúva de idade de 49 anos, de bons costumes como pode provar com atestados se necessário for, se oferece ao serviço interno de alguma casa de homem solteiro, ou casado com pouca família; quem a pretender dirija-se a rua do Jardim, casa térrea junto ao sobrado do Rm. Sr. Fr. Caetano. (D. P., 14/03/1840).

Oferece-se uma parda moça para ama de casa estrangeira, sendo de portas a dentro; engoma, cose e cozinha, tudo com perfeição; a qual já esteve um ano e tanto na casa do Illmo. Sr. Doutor Sarmiento: na rua do Fogo, n. 54. (D. P., 12/03/1847).

É marcante o modo como essas duas pardas se apresentaram aos seus virtuais contratantes. Condutas irrepreensíveis, representações bem moldadas para o gosto das famílias tidas como honradas. Ser viúva e de idade, era o caso da primeira, poderia ajudar a encontrar trabalho, já que demonstra que um dia fora casada, algo visto pela elite da época como sinal de distinção e honra. A segunda, provavelmente com o consentimento do famoso médico da província, utilizou o fato de lhe ter servido por mais de um ano para demonstrar que tinha bom precedente, ancorada no prestígio de seu ex-patrão, algo que nem todas podiam contar.

Uma crioula, ao demonstrar ter experiência como doméstica e assim convencer o/a contratante de sua competência, mostrou-se “afeita a servir até mesmo em casas estrangeiras, se oferece por preço cômodo para isso (...)” (D. P., 02/03/1841). Aparentemente, ela continua a querer servir em casa estrangeira, pois é “para isso” que se oferece. Embora não tenhamos quantificado, é visível o grande número de mulheres recifenses que preferem servir em casas de famílias ou de homens estrangeiros. Podemos apenas sugerir algumas razões para essa preferência: os patrões nacionais podiam frequentemente tratar as criadas livres ou forras como escravas, sem a devida distinção que as primeiras gostariam de receber; os estrangeiros podiam oferecer, quem sabe, compensações maiores ou melhor tratamento. Mas tais afirmações carecem de base empírica seja no Recife, seja em Salvador, e não se pode afirmar com segurança que havia diferenças entre um patrão nacional ou um estrangeiro.

No Rio de Janeiro da *belle époque*, os jornais também veiculavam charges e músicas satirizando criadas que supostamente tomavam ares de patroa, arrogando-se sentimentos de superioridade (FERREIRA, 2003, p. 53-54). Uma anedota publicada no D. P. diz algo sobre esse tipo de representação:

A senhora X... muda de criada, e recebe em troca uma galega mais desenvolvida no físico do que no moral.
Filha minha, lhe diz ela, você ganhará por mês quatro cruzados novos, e além desta soldada hei também de vesti-la.
Na seguinte manhã a senhora X... chama pela sua nova criada, mas esta não responde, torna a chamá-la, e continua o mesmo silêncio. Começa de novo, e ninguém acode.
Já impaciente levanta-se a senhora, e vai procurar a criada.
Então que é isto Catharina; não me ouviu chamá-la?
Sim, minha senhora, bem ouvi! disse a bestunta, alargando os braços, porém, como a minha ama declarou que me vestiria, estava esperando.
(...). (D.P., 04/03/1861).

A personagem fictícia chama a criada de “Filha minha”, insinuando a ocorrência de um tratamento costumeiro pautado por uma intimidade familiar, e propõe um acordo que se pretende generoso: salário e vestuário. Mas a criada, uma “bestunta”, não era capaz sequer de entender o que sua senhora propunha. Os contratantes, de fato, buscavam criadas que fossem *diligentes, capazes, inteligentes* ou, no dizer da piada, que fossem desenvolvidas tanto no físico quanto no moral. Mas a anedota pode dar margem a outro tipo de leitura para além da simples ridicularização da inteligência das criadas. Sugere que estas poderiam se fazer de desentendidas e interpretar a seu modo as ordens de seus empregadores, tornando-se necessário, portanto, que as patroas e patrões fossem firmes e precisos em suas ordens. Havia mesmo criadas espertas que, ao saírem para fazer compras, deixavam-se demorar pelas ruas, retardando a volta para os serviços internos. Outras criavam táticas para evitar o excessivo desgaste físico, como afirma Karasch. A resistência se revestia de inúmeras facetas:

Os donos descreviam sua “propriedade sem vontade” como preguiçosa, apática, sempre doente, ineficaz, desastrada e sem disposição para tomar qualquer iniciativa ou fazer qualquer coisa que não fosse o estipulado pelo senhor. A queixa de uma senhora (...) era que suas criadas domésticas só obedeciam aos seus comandos exatos e que tinha de dar instruções detalhadas e precisas todos os dias. Nunca era suficiente dar uma ordem geral para manter a casa limpa; ela precisava dizer a cada escrava especificamente o que fazer. Se uma ficava doente, as outras não faziam o trabalho dela. Uma criada não lavava roupas, nem uma cozinheira punha a mesa. (...). (KARASCH, 2000, p. 436).

Em Salvador e Recife, as criadas que mais trabalhavam eram as que serviam a famílias de poucos recursos, pois sozinhas deviam se ocupar de todos os afazeres da casa (SANCHES, 1998, p. 42). Eram as chamadas criadas de *todo o serviço* ou de *portas a dentro e portas a fora*. Mulheres que ofereciam seus serviços e patrões que procuravam criadas pelos jornais tinham de ser explícitos quanto às tarefas a cumprir para uma negociação equilibrada. Um

anunciante que buscava uma escrava “que seja muito boa cozinheira” avisou, em um primeiro momento, que ela seria “ocupada unicamente nos respectivos misteres”, e em troca oferecia o sustento, vestuário e 8 mil réis mensais. Uma semana depois, mudou um pouco sua estratégia, mencionando apenas que daria 10 mil réis, sem falar em sustento ou vestuário. Todavia, continua a reforçar que a escrava seria ocupada “unicamente nos respectivos arranjos” (D. P., 23 e 31/03/1848). Esse anúncio dá a entender, em primeiro lugar, que o locatário não devia dispor dos serviços de uma escrava para os quais ela não fora contratada. Segundo, pode-se supor que o próprio locatário ou comprador reconhecia que as escravas resistiam a realizar tarefas que fugiam de “sua” especialidade.

Nem todas as domésticas, no contexto da escravidão, desejavam morar o tempo todo com patrões vigilantes e autoritários. Lavadeiras, costureiras e engomadeiras estão entre as criadas que, quase sempre, podiam se ocupar de suas atividades sem prestar fidelidade estrita a uma única casa. Trabalhando de ganho, faziam seu horário de acordo com a demanda de serviços assumida. Em Pernambuco, a partir da década de 1850, muitas pretas e pardas livres e forras passaram a propor horários mais ou menos favoráveis que lhes permitissem dormir em suas moradias. Alguns contratantes também propunham acordos que resguardavam a autonomia da doméstica: uma família buscou alugar uma mulher forra para trabalhar das 6 horas da manhã às 5 da tarde (D. P., 02/03/1857). Do mesmo modo, uma moça livre ou forra anunciou que cozinharía, engomaria e costuraria em casa de uma pequena família, mas “vindo dormir em sua casa” (D. P., 20/01/1862). Lavadeiras recifenses possuíam mesmo verdadeiros negócios independentes, recebendo em suas casas roupas de diversos fregueses (D. P., 29/03/1862). Lavadeiras baianas também não precisavam viver sob o teto das famílias que lhes contratavam: com vasta clientela, tinham autonomia espacial e faziam sua própria rotina de trabalho (FERREIRA, 2003, p. 58-59). Os lares baianos e pernambucanos podiam até se reputar honrados, mas nem por isso algumas mulheres livres e forras queriam habitar neles. Talvez

a experiência cotidiana já tivesse ensinado a essas mulheres a ambígua condição de viver “protegida” e ao mesmo tempo cerceada continuamente pelos rigores do patriarcalismo e escravismo ainda vigentes.

Considerações Finais

No complexo quadro da escravidão urbana do Brasil oitocentista, cidades como Salvador e Recife se estruturam em torno dos inúmeros serviços pessoais, especialmente aqueles exercidos cotidianamente nos lares das famílias dos grupos médios e de elite. Embora as escravas fossem preferíveis por várias razões, cada vez mais mulheres libertas e livres pobres preenchiam os espaços da mão-de-obra cativa. Essas criadas, não sendo escravas propriamente ditas, não encontraram terreno fácil, e negociaram com patrões desconfiados. Tiveram de usar códigos comuns à linguagem senhorial (honra, fidelidade e obediência) e ao mesmo tempo arrancar concessões importantes para manutenção de um mínimo de autonomia: dormir em suas casas, exercer apenas o serviço combinado, receber o prometido “bom tratamento” senhorial. Muitas não podiam ou queriam exigir pagamento em dinheiro, mas podiam usar táticas que lhes garantiam um mínimo de dignidade na desigual relação com seus patrões, recorrendo às experiências seculares da escravidão e fazendo como a escrava de nação que era engomadeira, cozinheira, costureira, lavadeira de sabão e barrela, e “excelente para uma casa de família”, na expressão de sua própria senhora, mas que, não querendo lhe servir, teve de ser vendida pela mesma senhora que agora a enchia de predicados (D. P., 23/03/1842). Para ser doméstica em Recife e Salvador, no século XIX, era preciso bem mais do que habilidade e força física para suportar a jornada de trabalho; as criadas deviam saber negociar as relações. Algumas sabiam.

Bibliografia

- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 445 p.
- CAVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Recife: Editora da UFPE, 1998, 353 p.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984, 198 p.
- EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp; 1977, 294 p.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Quem pariu e bateu, que balance! Mundos femininos, maternidade e pobreza: Salvador, 1890-1940*. Salvador: CEB, 2003, 219 p.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, 237 p.
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. 1800-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 643 p.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978, 387 p.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, 299 p.
- MELLO, Jerônimo F. de. *Ensaio sobre a Estatística Civil e Política da Província de Pernambuco*. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. 319.
- NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. “Mulheres brancas no fim do período colonial”. *Cadernos Pagu* (4), Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, Campinas, SP, 1995: p. 75-96.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. “Repensando a História Comparada da América Latina”. In *Revista de História*, 153, 2º semestre de 2005, p. 11-33.
- SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico. Salvador, 1900-1950*. Salvador: Dissertação de Mestrado em História (UFBA), 1998, 188 p.
- SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: trabalho, cotidiano e representações de vendeiras e criadas no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Dissertação de Mestrado em História (UFPE), 2004, 295 p.
- TOLLENARE, L. F. de. *Notas Dominicais*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978. 270.p.